16:21 100%

Opinião do GLOBO

Carnaval aponta caminho para negócios no Brasil

País tem vocação evidente e potencial enorme a explorar com as indústrias criativas

Oficialmente, o carnaval acabou na terça-feira, mas, para prefeituras e estados, o clima ainda é de comemoração. Com tempo ensolarado na maior parte do país, o evento foi um sucesso, traduzido em ruas apinhadas de foliões, atrações sedutoras, hotéis lotados, serviços a todo vapor e arrecadação garantida. A indústria criativa mostrou seu vigor e deixou claro que carnaval não é só diversão. É também um ótimo negócio.

Em 2021 e 2022, a festa sofreu o baque da pandemia. A recuperação iniciada em 2023 se consolidou na festa deste ano. Antes da folia, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estimara que os festejos enfim superariam os níveis pré-pandemia, em especial nos estados que têm o carnaval como atração turística. Mas o carnaval tem o mérito de fazer girar várias rodas da economia. No Rio, o desfile da Portela, inspirado no livro "Um defeito de cor", de Ana Maria Gonçalves, fez esgotar os volumes da obra após a apresentação. Mesmo aqueles que fogem da folia contribuem para movimentar o turismo em seus destinos mais pacatos.

São Paulo é provavelmente o estado que mais gerou negócios com a festa. A Secretaria de Turismo previu que a movimentação financeira alcançaria R$ 5,72 bilhões, a maior dos últimos cinco anos. As autoridades estimam que 4,4 milhões de turistas tenham prestigiado a festa nos municípios paulistas. A força da folia ficou patente na profusão de blocos e atrações musicais de peso. No Rio, a Prefeitura estimou uma injeção financeira de R$ 5 bilhões em serviços e 7 milhões de foliões durante todos os dias de festa. A Riotur falou em 1,2 milhão apenas no megabloco Fervo da Lud, recorde de público.

É verdade que há exagero nas estimativas de multidões — é frequente elas serem desmentidas por softwares que contam cabeças em fotografias aéreas. Mas isso em nada desmerece a animação daqueles que enfrentaram a temperatura de 41 °C para seguir o cortejo que Ludmilla se viu obrigada a interromper mais cedo em razão do calor. No Sambódromo lotado, a iluminação cênica — pela primeira vez usada em larga escala — proporcionou apresentações inovadoras e marcantes.

Salvador, com 12 dias de folia, abrigou uma sucessão de trios, blocos e shows. A Prefeitura estimou reforço de R$ 2 bilhões na economia do município. Segundo a Secretaria de Comunicação, o investimento neste carnaval superou em 30% os anteriores. A expectativa era atrair mais de 1 milhão de turistas. Os números superlativos ficavam evidentes nas multidões que tomaram os principais circuitos carnavalescos da capital baiana. Recife e Olinda também mantiveram a tradição do carnaval de rua e reuniram cortejos desde as primeiras horas da manhã.

O sucesso do carnaval sugere um caminho para o Brasil. Há vocação evidente para indústrias criativas e potencial enorme ainda a explorar em hotéis, transportes, bares, restaurantes, comércio etc. Tais negócios geram emprego e renda a um sem-número de profissionais que trabalham direta ou indiretamente com o carnaval — alguns o ano inteiro, como os artistas que confeccionam fantasias e alegorias das escolas de samba. Evidentemente, o poder público precisa prover segurança e infraestrutura. Mas, a despeito de problemas pontuais, as cidades passaram no teste. O carnaval de 2024 mostrou que é possível se divertir e lucrar com uma indústria que vende alegria.

Fuga deve servir para aperfeiçoar prisões de segurança máxima

Apesar da evasão de Mossoró, elas têm sido eficazes, provando papel do governo federal no combate ao crime

A fuga de dois presos da Penitenciária Federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte, exige duas ações urgentes e concomitantes: a captura dos criminosos e uma varredura para determinar as falhas que a permitiram. Os outros quatro presídios federais de segurança máxima (em Brasília, Campo Grande, Porto Velho e Catanduvas) precisam reforçar a atenção para frustrar tentativas semelhantes. "Nenhum sistema é infalível", diz Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. "As falhas devem ser identificadas para evitar que se repitam."

A construção de penitenciárias administradas pelo governo federal para receber os presos mais perigosos, sobretudo líderes do crime organizado, é exemplo de política bem-sucedida na área da segurança pública. Prova disso é que a fuga em Mossoró é a primeira desde que os dois primeiros presídios foram inaugurados, em 2006. Nunca houve registro de motins ou rebeliões.

Com capacidade para 208 detentos, Mossoró tinha 68, segundo dados de 2023. O contraste com a superlotação nos presídios estaduais é gritante. Atualmente, a ocupação das cinco prisões federais está em 47%. O total de presos (489) é menos da metade dos policiais responsáveis pela vigilância.

Estrutura e procedimentos foram pensados para garantir a segurança. Os detentos ficam em celas individuais de 6 metros quadrados, sem televisão, rádio ou comunicação. São revistados sempre que saem delas. As visitas se comunicam por parlatório ou videoconferência. Todo deslocamento envolve pelo menos dois agentes e é monitorado por circuito interno. De tempos em tempos, os presos mudam de presídio para dificultar planejamento de fugas.

O perfil dos presos exige tais cuidados. São líderes das maiores facções criminosas do país. Metade cumpre pena superior a 30 anos, e 70% ainda têm mais de 15 anos a cumprir. São em geral condenados por homicídio qualificado, associação para o tráfico de drogas e latrocínio. No ano passado, os federais desbarataram planos para libertar um dos líderes do PCC. Uma possibilidade era sequestrar autoridades penais e seus familiares. Outra era invadir a penitenciária de segurança máxima. Uma terceira alternativa, uma rebelião tomando um agente como refém. Tentativas semelhantes foram desbaratadas desde a criação do sistema federal no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Seria, por isso, um erro considerar a fuga de Mossoró evidência de que as prisões federais de segurança máxima estejam comprometidas. Mudanças recentes na liderança de facções criminosas sugerem, ao contrário, que elas têm funcionado ao isolar criminosos, desafiando o padrão frequente de detentos comandando da cadeia impérios do crime. O êxito delas demonstra como é essencial o envolvimento do governo federal no desafio de derrotar facções criminosas e promover a segurança pública. A fuga prova apenas que as prisões precisam ser aperfeiçoadas — e, idealmente, ampliadas para o Estado dispor de meios mais eficazes no combate ao crime organizado.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA

blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira
editoria.artigos@oglobo.com.br

A origem de tudo

Em um país disfuncional como o Brasil, é possível confundir ações legais com ilegais, desde que se queira. Todo presidente da República eleito democraticamente tem a seu dispor uma série de medidas constitucionais a ser usadas em defesa do Estado Democrático de Direito. Portanto um presidente, como Bolsonaro era, discutir com assessores a adoção de medidas abrangidas pelo Estado de Emergência estaria perfeitamente dentro da lei.

Os próximos passos teriam de ser dados convocando o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitando depois a permissão do Congresso, no caso de Estado de Sítio, ou a ratificação, no caso do Estado de Defesa, o que não aconteceu. Graças às trapalhadas do Exército de Brancaleone, porém, sabemos hoje que não havia nenhuma razão prevista na Constituição para que se pensasse numa solução de força para impedir a eleição de 2022 ou a permanência de Lula como sucessor de Bolsonaro depois da vitória em segundo turno.

O que havia, antes da eleição, era a vontade de impedir sua realização com o temor de que os "socialistas" voltassem ao poder. O que houve, depois da eleição, foi a tentativa de impedir que a vontade popular se concretizasse, tumultuando a diplomação e, posteriormente, o *putsch* de 8 de janeiro — segundo o dicionário político, tentativa de golpe em conspiração secreta. Que, vê-se agora, não teve nada de secreto.

Em mensagens trocadas entre os conspiradores, em que a hierarquia militar foi quebrada, nada se encontrou que comprovasse a possibilidade de fraude nas urnas eletrônicas. Pela boca do presidente da República, ficamos sabendo que a participação dos militares no Conselho do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para assessoria da votação eletrônica serviu para que o governo tentasse provar, a qualquer custo, que haveria fraude eleitoral, boicotando internamente uma comissão para a qual a instituição fora convidada de boa-fé.

> ***Em mensagens trocadas entre os conspiradores, nada se encontrou que comprovasse a possibilidade de fraude nas urnas eletrônicas***

Nada foi encontrado, segundo os próprios golpistas. O constitucionalista Gustavo Binenbojm define com a simplicidade dos fatos a justificativa dos bolsonaristas, ao alegar que também a então presidente petista Dilma Rousseff mandou consultar os militares sobre a possibilidade de decretar Estado de Emergência devido ao processo de seu impeachment no Congresso:

— A comparação dos bolsonaristas com a "consulta" da Dilma na época do impeachment parece confirmar a tentativa de uso do Estado de Defesa ou Estado de Sítio para atentar contra a democracia. No caso da Dilma, para evitar o processo de impeachment e não sair do poder. No caso de Bolsonaro, para evitar a posse do presidente eleito e não sair do poder. Dois erros não fazem um acerto. São apenas dois erros.

Tem sido comum na parte de baixo do Equador o uso de instrumentos democráticos para fragilizar a própria democracia. Controlar os tribunais superiores, aumentando ou reduzindo seus integrantes de acordo com a conveniência do momento; alterar os mecanismos eleitorais para facilitar a vitória deste ou daquele partido; prisões aparentemente legais para impedir que um postulante concorra. Todas as instituições continuam funcionando aparentemente, mas são feridas em sua própria autonomia.

São as distorções do que seja "democracia". A postura dos militares como instituição diante da tentativa de golpe é exemplar desse simulacro de comportamento republicano. Mesmo sem aderir ao movimento, a obrigação de qualquer uma daquelas autoridades presentes na reunião ministerial em que se discutiu "virar a mesa" era denunciar. Ou renunciar ao cargo.

O Alto-Comando militar não aderiu, mas sabia o que estava acontecendo. A proteção aos acampamentos às portas dos quartéis pelo país e a sustentação do esquema de logística para sua manutenção estão diretamente ligadas aos militares, e foi daquele "ovo da serpente" que saiu a tentativa de golpe de 8 de janeiro.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alves, André Vieira da Fábula Bartolsa, Luiza Bapteista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiis - leila.suwiis@oglobo.com.br
Saúde: Ariana Cha Lopes - ariana.cha.lopes@oglobo.com.br
Segunda Capa: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Caroline Goulart - gad@oglobo.com.br
Arte e Qualidade: William Pinheiro Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Batista - batista@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G.: Vera Cavalcanti - veracavalcanti@oglobo.com.br
Bairros: Walter Carmona Filho - walter.carmona@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês vigente)
(para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobranças de multa ou renovação de assinatura. Desconfie de qualquer contato a respeito desses temas. Para ser O GLOBO em seu jornal de vendas, acesse para venda@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4355
Missas, religiosos e Kinofone: (21) 2534-4033
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC
A marca do manejo florestal responsável
Leia mais em www.oglobo.com.br/sustentabilidade
CARBON FREE